

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.305 - DF (2020/0277357-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADO : ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO BUENO E OUTRO(S) -
DF027450
AGRAVADO : EDILEUZA SILVA MELO
ADVOGADOS : ANDRÉ HENRIQUE FERREIRA - DF044742
DANIEL GALVAGNI - DF052913

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO JULGAMENTO
CONJUNTO CONEXÃO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EFETIVO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO NÃO
VERIFICADO ASTREINTES COMPATIBILIDADE COM A
OBRIGAÇÃO PRINCIPAL PROPORCIONALIDADE E
RAZOABILIDADE PRINCÍPIOS OBSERVADOS
EFETIVIDADE E AUTORIDADE DA DECISÃO JUDICIAL

Alega a recorrente violação do art. 537, § 1º, do CPC, defendendo a redução do valor da multa diária, que se encontra exagerado, ferindo os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e gerando o enriquecimento ilícito da parte recorrida, trazendo os seguintes argumentos:

3. Forçoso mostra-se o acolhimento do presente recurso especial para reduzir o valor das astreintes, eis que este, com a devida vênia, mostra-se desarrazoado e ilegítimo, ensejando enriquecimento ilícito da parte adversa.
4. Assim, o que se pretende demonstrar, no ponto, é que, ainda que possa subsistir equívoco ou atraso no cumprimento da referida decisão antecipatória dos efeitos da tutela, a multa diária arbitrada, com a devida vênia, mostra-se desarrazoada e ilegítima, ensejando enriquecimento ilícito da parte adversa.
5. Como se viu, o v. aresto ratificou a multa para R 10.000,00 (dez mil reais) por mera não apresentação de boleto com o valor atualizado pelas ora recorrente. Note-se que o próprio valor a ser cobrando mensalmente estava em discussão posto que a sentença não foi clara sobre o mesmo. Portanto, verifica-se a estranha

situação em que, não havendo sido estabelecido o valor correto a ser cobrado, houve a incidência de multa em desfavor da recorrente. Ressalte-se inexistir a necessidade de revolvimento da matéria fático-probatória porque tais fatos restam incontroversos nos autos.

6. Todavia, tão logo esta recorrente tenha sido intimada, procedeu ao seu cumprimento, não havendo nenhum prejuízo (posto que os reembolsos dos valores supostamente pagos a maior foram realizados), razão pela qual não houve descumprimento, não havendo que se falar em incidência de astreintes. (fls. 83/84).

[...]

12. Na espécie, restou incontroverso que a obrigação foi cumprida, de modo que ainda que sobrevenha entendimento contrário, partindo da premissa fixada nas instâncias inferiores, é possível afirmar, quando muito, houve cumprimento parcial da obrigação. E tal aspecto também deve refletir no valor da multa diária. (fls. 85).

16. Com efeito, o valor da multa quando excessivo gerará, por certo, o enriquecimento ilícito da recorrida.

17. Ora, in casu, fere o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade impor à ora recorrente o pagamento de multa exorbitante de R 10.000,00 (dez mil reais). (fls. 86).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso em apreço, observo, assim, que o primeiro limite fixado pelo juiz a quo a título de astreintes, qual seja R\$ 500,00, até o valor de R\$ 10.000,00 não foi hábil a compelir a agravante ao efetivo cumprimento da obrigação. Diante disso, o juiz a quo entendeu por bem estabelecer nova multa com novo limite máximo - desta vez, superior ao anterior, qual seja, multa diária de R\$1.000,00, até o limite de R\$20.000,00 -, visando ressaltar o caráter impositivo da obrigação e compelir a executada, ora agravante, ao efetivo cumprimento de sua obrigação.

Conforme já exposto, verifica-se que o agravante não cumpriu o efetivo cumprimento da obrigação, tendo emitido boleto de cobrança em desacordo com o comando judicial. Ora, nem mesmo o montante que a própria agravante aduz como “excessivo” foi suficiente para compelir-lhe ao cumprimento de obrigação imposta em sentença judicial transitada em julgado.

O valor estabelecido para o cumprimento da obrigação não pode ser módico ao ponto de permitir ao obrigado avaliar se deve ou não cumprir a determinação judicial.

Tanto é assim que, mesmo diante de valor que entende como

elevado, a agravante furta-se em cumprir o comando que lhe é imposto. Diante disso, a manutenção da finalidade coercitiva determinada pelo juiz a mostra-se essencial, não havendo que se falar em excesso em sua fixação. Ainda, não há que se falar em enriquecimento ilícito da parte agravada, que vem sofrendo diversos gravames com a inércia da agravante, necessitando, inclusive, realizar os pagamentos das mensalidades referentes ao plano de saúde mediante depósito judicial, em montante quiçá superior ao devido - vez que o cálculo do valor efetivamente devido depende do cumprimento da obrigação da agravante em lançar os boletos mensais conforme os parâmetros fixados na sentença judicial transitada em julgado.

Assim, entendo que a fórmula de revestir de efetividade ao decidido e resguardar a autoridade da decisão foi a estipulação de um prazo e fixação de valor pecuniário em patamar proporcional e razoável para a hipótese de descumprimento da obrigação em comento, conforme expressamente autorizado pelo artigo 537 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, a manutenção da multa diária preserva a autoridade do comando judicial, evitando-se que a agravante perpetua em mora quanto ao cumprimento de obrigação essencial para o deslinde da demanda.

Desse modo, constata-se que a multa estabelecida na origem para o caso de descumprimento da decisão judicial mostra-se suficiente e compatível com a obrigação perseguida pela parte exequente/agravada, não havendo que se falar, por ora, em sua diminuição, tampouco em sua exclusão, tendo em vista, como dito, a necessidade de se manter a efetividade do decisum. (fls. 54/55)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves,

Superior Tribunal de Justiça

Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente